POLÍTICA

TÂNIA MONTEIRO

Estadão Conteúdo, Rio e

O governo prepara recurso ao Supremo Tribunal Fede-ral (STF) para tentar garantir a posse da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) no Ministério do Trabalho, após nova derrota no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), na noite de ontem. (TKF-2), na noite de ontem. Ao mesmo tempo em que se movimenta juridicamente, o Planalto torce para que a cúpula do PTB reveja a in-dicação de Cristiane para o

cargo.
O juiz federal Vladimir Vitovsky, do TRF-2, negou pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU) e de Cristiane União (AGU) e de Cristiane para reverter a ordem liminar da Justiça Federal de Nieroí (RI) que impede a posse da deputada por ofensa à "moralidade administrativa" ela já foi condenada em uma ação trabalhista e fehou acordo em outra.

O presidente Michel Tere rinsiste que não vai se

mer insiste que não vai se desgastar com o PTB, para que o partido confirme o apoio à reforma da Previ-dência, quer será votada em 19 de fevereiro na Câmara, e também para que a sigla par-ticipe da construção de uma aliança em torno de uma candidatura governista.

De acordo com interlocuto-res do presidente, não resta ao governo outra alternativa a não ser dar demonstrações ao PTB de que vai continuar defendendo a nomeação de Cristiane, O Planalto não vai Cristiane. O Planalto nao vai indicar outro nome para o cargo porque o presidente sabe que o partido já ficou insatisfeito quando o depu-tado federal Pedro Fernantado federal Pedro Fernandes (PTB-MA) foi vetado pelo ex-presidente José Sarney (MDB-MA), por causa da ligação de Fernandes com um inimigo político de Sarney no Maranhão, o governador Flávio Dino (PCdoB) TRABALHO Planalto não quer desgastes com o PTB, por causa da Previdência, mas torce para que o partido reveja a indicação de Cristine Brasil para o cargo

Governo vai ao STF, mas busca novo nome para o ministério



Presidente Michel Temer não vai indicar outro nome porque seria declarar guerra a Roberto Jefferson (PRB-RJ)

"PTB pode até ter O governo maioria a favor da Previdência, mas não pode garantir votos"

aguarda que o PTB apresente alguma solução para resolver o imbróglio

Retirar o nome de Cristia-Retirar o nome de Cristia-ne seria declarar guerra a Roberto Jefferson (R)), pai da deputada e presidente do partido, e a toda bancada da sigla. Até o líder do partido, deputado Jovair Arantes (GO), que podería ser o subs-tituto de Cristiane, defendeu a indicação da perebista

a indicação da petebista. O governo aguarda que o

PTB apresente alguma solu-PTB apresente alguma solu-ção para o imbréglio. Auxi-liares próximos ao presi-dente têm ressaltado que precisa partir do PTB qual-quer sugestão de mudança de nome. Segundo um in-tegrante da base aliada, o melhor dos mundos seria Cristiane Brasil desistir de assumir o cargo. assumir o cargo.

Enquanto isso, a AGU estaria preparando o recurso ao STF, com o argumento de que não pode haver ingerência de um Poder em outro. O governo acredita, porém, que há poucas chances de vitória no Supremo, espevitória no Supremo, espe-cialmente em uma decisão monocrática da presidente Cármen Lúcia, que está de plantão na Corte durante o recesso judiciário

Independentemente da no meação da deputada para o Ministério do Trabalho, o PTB não entregará todos seus votos a favor da reforma da Previdência no Congresso. Ao contrário da tese propagada pelo Planalto – a argumentação dada pelo presidente para manter a pasta sob o comando do PTB é garantir os votos – o par-tido está longe do consenso

no tema.

"O PTB pode até ter maioria a favor da Previdência, mas não pode garantir a totalidade dos votos. Sou contra a reforma, minha posição é clara. Eu não aceito essa reforma da maneira como ela está colocada", disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), um dos contrários

(PTB-SP), um dos contrários à proposta.

A repercussão negativa em torno do episódio trouxe à tona críticas ao fato de a bancada do PTB não ter sido consultada quanto ao nome de Cristiane Brasil. Os deputados relatam "constrangimento" porque ao contrágimento" porque, ao contrá-rio do que aconteceu na es-colha do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), eles

Fernandes (PTB-MA), eles não foram sondados pelacúpula sobre o posto ficar com Cristiane.

Dos 16 titulares que integram atualmente a bancada do partido, quatro já se posicionaram oficialmente contra a alteração das regras da aposentadoria. São necessários no mínimo 308 votos para aprovar a reforma.

Cabral se torna réu pela 20ª vez

DOUGLAS CORRÊA

Agência Brasil, Rio

A juíza Caroline Vieira Figueiredo, substituta da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, onde atua o juiz Marcelo Bretas, aceitou, ontem, mais Bretas, aceitou, ontem, mais rês denúncias contra o ex-governador Sérgio Ca-bral, que se tornou réu pela 20³ vez. As denúncias foram apresentadas no dia 19 de dezembro pelo Ministério Público Federal (MPF).

A primeira denúncia in clui ainda Wilson Carlos da Silva, Luiz Carlos Bezerra e Georges Sadala Rihan, que também se tornaram réus na ação e é, segundo o MPF, resultado das operações Ca-licute e Eficiência, desdobratos da Lava Jato no Rio

Nas investigações foi pos-sível identificar mais um braço do esquema crimino-so que atingiu o governo do estado, na gestão de Sérgio Cabral. O grupo agiu na prestação de serviços especiali-zados relacionados ao Pro-

zados relacionados ao Pro-grama Poupa Tempo, do go-verno estadual.

O empresário Georges Sa-dala é integrante do grupo econômico acusado de re-passar R\$ 1.331.000,00 de propina à organização cri-minosa, obtendo, desta for-ma, beneficios para empre-sa de sua organização, ensas de sua organização, en-tre as quais a Gelpar Empreendimentos e Participa-cões Ltda.

A Gelpar é acusada pelo MPF de ter recebido, entre os anos de 2009 e 2013, o total de R\$ 32.412.276,00 e ser uma das maiores empresas contratadas pelo governo do estado no ramo de prestação de serviços do Poupa Tem-

po. OMPF diz ainda que o ope-OMPFdiz ainda que o operador da quadrilha, Carlos Bezerra, recebia a propina paga por Georges Sadala e a repassava para Sérgio Cabral e o então secretário de Governo, Wilson Carlos. A segunda denúncia envolve, além de Cabral, o ex-chefe da Casa Civil Régis Fitchner e o nogrador do es-

Fitchner e o operador do es-quema, Luiz Carlos Bezerra. Conforme a denúncia, entre janeiro de 2007 e abril de 2014, Fitchner recebeu um total de R\$ 1,56 milhão, di-vididos em valores que va-riavam de R\$ 100 mil a R\$ 400 mil, pagos por Carlos Bezerra por meio da Federação de Transportes do Rio de Janeiro (Fetranspor) co-mo forma de viabilizar as necessidades das empresas de transporte público que atuam no Estado.

Arco Metropolitano Cabral é denunciado tam-

bém junto com o ex-secre tário de Obras Hudson Brag tário de Obras Hudson Braga, o operador Wagner Jordão e os donos da empreiteira Oriente, Alex Sardinha da Veiga e Geraldo André de Mi-randa Santos Segundo de J randa Santos. Segundo a de-núncia, a empreiteira ofereceu propina para participar da construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Da obra participou também a Delta Construtora, do empre-sário Fernando Cavendish, que se encontra atualmente em prisão domiciliar.

Súmulas serão adequadas à nova reforma trabalhista

IONAS VALENTE

O Tribunal Superior do Tra-balho (TST) vai avaliar a al-teração de súmulas para ade-quá-las ao conteúdo da refor-ma trabalhista (Lei no 13,467, de 2017), que entrou em vigor no dia 11 de novembro do ano passado. A sessão para ana-lisaro tema está marcada para o início de fevereiro. Súmulas são orientações criadas para balizar os votos dos ministros e as decisões do

dos ministros e as decisões do tribunal em julgamentos so-bre diversos temas. Esses enunciados são elaborados a partir de decisões semelhantes ocorridas na Justiça do Traba-lho em suas várias instâncias e funcionam como referência

quando não há lei ou esta não é clara sobre algum aspecto. As recomendações foram elaboradas pela Comissão de Jurisprudência e de Preceden-tes Normativos do TST e apro-vadas em duas reuniões, em 11

vadas em duas reuniões, em 11 de outubro e 10 de novembro de 2017. Elas envolvem 34 sú-mulas do tribunal. Uma parte das propostas se limita a incorporar as novas regras determinadas pela re-forma trabalhista. É o caso da Súmula 90, sevundo a qual o Súmula 90, segundo a qual o tempo de transporte com veículo da empresa, para local de difícil acesso ou não servido por transporte público, fica computado na jornada de tra-balho. A Lei retirou essa garantia. A recomendação é in-corporar a altercorporar a alteração

9. Objeto: aquisição eventual de materiais de papelaría e expediente. Meno las 8m. I/P PSRP 03/18. Objeto: aquisição eventual de materiais de limpez por 10. 10. 24/01/18 a 10.30h. I/P PSRP 04/18. Objeto: aquisição giener dia perceiveis. Menor preço global por Iote. Dia 24/01/18 as 14/30h. Edital to vo ulicitacapindai@gmail.com Pindai/8a, 11/01/18. Edimilson Silva Te LITADO DA LICITAÇÃO: A CPL. de Pindai-Baiha; com futoro na Las 8.66%.



que realizará na modalidade PRI et, a licitação PG-70.2017.4220

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA CNPJ N: 13.825.484/0001-50 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018/SRP toma público aos interessados a realização da sequinte licitação: OBJETO: Contratação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Progão Eletrônico nº 32/2017

Processo Nº. 23066.046855/2017-74. Objeto: Registro de ventual aquisição de LENTES INTRACCULARES PA DE CATARATA, para atender as necessidades do Com Universitário Prof. Edgard Santos, unidade integrante Hospitaliar e de Saúde / UERA Abertura: 01/20/2018 às 10:0

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 007/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS CNPJ N° 13.646.005/0001-38

AVISO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2017-SRP

Oficial do Município de Alagoinhas-BA comunica aos i